

Contribuições do MRT para o debate programático no Polo Socialista e Revolucionário

Nós do MRT elaboramos em meio à crise agudizada pela pandemia, em agosto de 2020, um Manifesto do MRT, onde apresentamos o que para nós seria um programa operário e socialista, de independência de classe: <https://www.esquerdadiario.com.br/Manifesto-Propostas-do-MRT-diante-da-crise-no-Brasil-e-no-mundo-37915>. Apresentamos este programa como contribuição para um debate mais global que será feito no Polo sobre programa, com uma visão mais acabada e completa do MRT que exigem atualizações. Entretanto, o essencial dos fundamentos e especialmente do programa de resposta para crise (concentrado na parte 3 do Manifesto), mantém toda sua vigência, e consideramos que contribui para um debate aprofundado no Polo.

Nós do MRT também lemos e debatemos o Programa apresentado pelos companheiros do PSTU e consideramos que há importantes pontos de convergência. Tendo isso em vista, faremos ao final desta contribuição apontamentos críticos sobre algumas divergências que nos parecem mais importantes.

Vemos importantes pontos de convergência, não somente com o PSTU, mas no que vemos nos debates que estão se dando em diversos níveis no Polo, com diferentes setores. Por isso, consideramos que é não somente possível, como necessário, avançar em pontos de acordo programáticos para a atuação em comum. Buscamos inclusive na proposta que apresentamos abaixo, buscar formulações que consideramos que são de comum acordo.

Mesmo levando em conta a realidade óbvia de que o Polo não é uma organização política unificada, nós do MRT (e esperamos convencer os companheiros do PSTU e demais componentes do Polo nesse sentido), consideramos que o Polo deveria ter um programa de ação que englobasse aquilo que nos unifica na batalha pelo reagrupamento da esquerda socialista e revolucionária e por uma resposta de independência de classe para a crise. Isso não tira que cada organização tem suas próprias posições, autonomia e terá pontos de programa divergentes, que defenderão separadamente.

Acreditamos que aprofundarmos esses debates sobre programa é parte da nossa contribuição para apontar os caminhos da batalha por fortalecer uma esquerda revolucionária e socialista no Brasil, servindo como base de diálogo e debates não somente com os setores que hoje já são parte do Polo, mas almejando também ampliar a discussão programática com outros ativistas e organizações da esquerda independente do PT.

Nesse sentido, para contribuir ao debate programático do Polo, nós do MRT apresentamos:

1. Manifesto do MRT com nosso programa (link no primeiro parágrafo)
2. Proposta de programa comum para o Polo Socialista e Revolucionário
3. Considerações sobre o programa apresentado pelo PSTU

Proposta de programa para o Polo Socialista e Revolucionário

O Polo Socialista e Revolucionário luta pela independência política dos trabalhadores, com um programa operário e socialista, desde uma perspectiva de independência de classe, de aposta na luta de classes e na mobilização direta como centro de atuação, base para atuação dos marxistas no parlamento com uma política revolucionária e socialista.

Estamos na primeira linha do combate contra o governo Bolsonaro e Mourão; batalhamos por sua derrubada pela via da mobilização. Esse governo está aplicando um plano anti-operário e anti-popular em grande escala, liderado pelo que existe de mais reacionário da política nacional, pelos militares, que assumiram protagonismo na política, e pelo Centrão. Lutar contra o governo Bolsonaro-Mourão é também lutar contra o imperialismo norte-americano e a grande burguesia nacional e estrangeira, aos quais ele serve.

Na aplicação do programa econômico neoliberal e no objetivo de super-explorar os trabalhadores, o governo tem tido como aliados diversos outros atores políticos e instituições. A ampla maioria de governadores e prefeitos, mesmo alguns que se colocam como “oposição” a Bolsonaro, aplicam reformas e ataques. No Congresso nacional, a direita tradicional, que agora quer se apresentar como “centro”, como o PSDB, o DEM ou o PSD (para ficar somente em alguns exemplos), tem o mesmo programa neoliberal. Partidos que se dizem de “centro-esquerda”, e que de fato são partidos burgueses, como PSB, PDT e REDE, têm responsabilidade executiva em diversos municípios e estados, governando para os capitalistas. No caso do PSB, concedeu votos à reforma trabalhista e da previdência, enquanto o PDT, com seu programa nacional-desenvolvimentista, foi responsável pelo caos energético no Amapá e pela votação da PEC dos Precatórios que ataca a Educação. A REDE apoiou o golpe institucional com sua figura máxima, Marina Silva, ligada ao Itaú. Também no judiciário, é permanente a postura de ataques aos trabalhadores, apoio às privatizações, ataques ao direito de greve, etc.

Frente ao caráter de extrema-direita e ultraneoliberal do governo Bolsonaro, vemos muitos ativistas na esquerda aderindo de forma acrítica à estratégia e ao programa do PT. O objetivo dessa adesão, com maior ou menor apreço pelo petismo, é "tirar Bolsonaro a qualquer custo". Estamos na linha de frente, juntos a todos os que enfrentam esse governo e querem derrotá-lo, no combate à extrema direita. Não obstante, no intrincado labirinto político brasileiro, em que a extrema direita viu seu caminho pavimentado pela política do PT, assistimos a uma atmosfera de renovada tolerância à "miséria do possível" proposta por Lula. Trata-se de um desafio do Polo apresentar uma perspectiva que ajude a moldar uma camada de trabalhadores e jovens que busque construir uma alternativa programática e estratégica que supere o PT pela esquerda, no marco do enfrentamento com o bolsonarismo. Isso é assim porque o problema de Lula não é "apenas" sua provável aliança com Alckmin (e inteiramente certa conciliação com partidos burgueses da direita): trata-se do seu projeto estratégico, que nos trouxe até aqui. A conciliação de classes, a extensão das bases principais da década neoliberal, como a precarização do trabalho, muitas das privatizações dos serviços públicos, a penetração das multinacionais, a reprimarização exportadora com especialização em commodities, a dependência do capital financeiro internacional: esses foram alguns dos pilares estruturais que favoreceram a emergência da extrema direita.

O PT e Lula (acompanhados pelo PCdoB e pela maioria do PSOL) querem se apresentar como uma alternativa de melhorias para o país, diante da catástrofe da extrema direita. Mas nos estados onde governam (Ceará, Bahia, Piauí e Rio Grande do Norte) também aplicaram reforma da previdência, inclusive com repressão. Nenhum de seus governadores e prefeitos deram condições sanitárias e econômicas para o "fique em casa", que diziam defender. Quando chegou ao governo federal, enquanto fizeram irrisórias concessões, Lula e o PT garantiram lucros recordes aos banqueiros e capitalistas. Quando havia crise econômica, o PT aplicou ataques, em especial no começo do governo Lula, como a reforma da previdência, e no segundo mandato de Dilma. Governou promovendo o latifúndio, o agronegócio e as cúpulas das Igrejas Evangélicas, que se transformaram em algumas das principais bases do reacionarismo de extrema direita no país. Lula ocupou o Haiti sob liderança do General Heleno e outros generais que estão no governo Bolsonaro, aplicou diversas vezes a GLO (Garantia da Lei e da Ordem), fez as UPPs no RJ, fortaleceu o atual judiciário racista, as polícias e triplicou o número de presos no Brasil.

Não contente em ter aberto espaço para a direita e a extrema direita com sua política de conciliação de classes, o PT e Lula agora querem reeditar sua política de conciliação de classes de alianças com figuras da direita e neoliberais. Preparam um governo que terá ainda menos espaço para concessões, pois não existe mais aquele ciclo de crescimento econômico que permitiu alguma margem nos anos 2000. Lula busca fazer isso com o auxílio das burocracias sindicais. Mesmo com uma série de ataques nos últimos anos, e o avanço da direita bolsonarista, as burocracias sindicais, incluindo as dirigidas pelo PT e o PCdoB (CUT e CTB), mas também pelas máfias da Força Sindical e da UGT,

paralisam nossas lutas. Mesmo a CUT e a CTB foram coniventes com os principais ataques que Temer e Bolsonaro aplicaram, e agora, com a perspectiva de um triunfo eleitoral de Lula, buscam canalizar às urnas todo o descontentamento da população trabalhadora que passa fome no país. Não mobilizam contra ataques como a reforma trabalhista, que é inclusive defendida por alguns dirigentes, como Paulinho da Força, com o qual Lula está em franco diálogo para conseguir apoio e tem somado esforços para aliança com Geraldo Alckmin.

Nossa luta é para que sejam os grandes capitalistas nacionais e estrangeiros que paguem pela crise. A crise não existiu para os bilionários: ficaram US\$5 trilhões mais ricos durante a pandemia em todo o globo (<https://www.cnnbrasil.com.br/business/mesmo-com-a-pandemia-da-covid-19-bilionarios-ficaram-us-5-trilhoes-mais-ricos/>). As multinacionais imperialistas seguem atingindo lucros recordes, e submetem o Brasil ao atraso e à dependência que levam sua economia a uma enorme decadência, fazendo-a cair para a 14ª posição mundial, condenada pelos capitalistas a ser fornecedora de matérias-primas extraídas mediante destruição da natureza. Um punhado de grandes grupos capitalistas e financeiros espoliam a riqueza nacional através da dívida pública, da exploração predatória dos recursos naturais e do controle do campo brasileiro, pressionando por ainda mais ataques.

Frente à crise que vive o país, os trabalhadores e o povo pobre não devem aceitar a conciliação de classes e a aliança com a direita neoliberal. Devem construir através de sua própria organização e luta uma saída para a crise. É necessário retomar os sindicatos para a luta dos trabalhadores, com direções combativas e classistas, baseadas na democracia operária, na independência do Estado e dos patrões, para que voltem a ser uma referência dos trabalhadores, e também da aliança da nossa classe com os movimentos sociais e as camadas oprimidas da pequena burguesia urbana e rural.

Estamos contra todas as alianças com os nossos inimigos de classe. Contra qualquer apoio às burguesias agrárias, industriais, financeiras e dos serviços. Também nos opomos a toda aliança político-eleitoral com o conjunto dos partidos da burguesia, representados por Bolsonaro, Moro e o conjunto dos representantes da terceira via, e inclusive o programa burguês apresentado por Ciro Gomes. Assim também, estamos contra alianças com o PT e PCdoB, que querem ser novamente pilares da dominação burguesa no Brasil.

O Polo Socialista e Revolucionário se apresenta para fortalecer as lutas dos trabalhadores e por uma resposta independente da nossa classe junto ao povo pobre e aos movimentos sociais para a crise. Buscamos uma saída pela esquerda, num sentido revolucionário, e não novamente apostando na falida via institucional, da conciliação de classes e da humanização do capitalismo. Lutaremos contra todos os ataques, batalhando pela unidade a mais ampla possível da esquerda e do

movimento operário na luta de classes. Assim o fazemos, sempre alertando de que não haverá solução para as catástrofes que o capitalismo promove por fora de uma mobilização revolucionária que batalhe por um governo de trabalhadores de ruptura com o capitalismo, baseado na auto-organização.

Abaixo, buscamos modestamente apresentar à consideração de todos os componentes do Polo Socialista e Revolucionário um conjunto de consignas programáticas para ação, para diálogo entre nós e buscando uma síntese.

Tais consignas que apontamos abaixo, acreditamos nós do MRT, são armas potentes que poderiam ser trabalhadas em comum pelo Polo em seu conjunto e consideramos que poderia ajudá-lo a emergir como uma alternativa para setores dos trabalhadores que buscam uma política de independência de classe.

Nesse sentido, chamamos a lutar por reorganizar o país sob novas bases, e a lutar junto conosco por um plano de luta e pelo caminho da greve geral, para impor o seguinte programa:

1. Pela auto-organização dos trabalhadores em cada local de trabalho. As assembleias em cada local de trabalho e categoria são essenciais para qualquer luta, e em meio à pandemia e às novas cepas que surgem, devem ter plenos poderes de controlar e exigir tudo que tenha a ver com a saúde dos trabalhadores, e para as decisões das lutas em curso. O PSTU também defende essa perspectiva em sua proposta (*“Defendemos a auto-organização dos trabalhadores pela base em todos os setores, e queremos fazer um chamado aos trabalhadores para que assumam essa auto-organização”*), o que pavimenta um terreno comum muito importante de atuação para o Polo. Esse tipo de auto-organização dos trabalhadores pela base é fundamental para obrigar as burocracias sindicais a saírem do imobilismo e impulsionarem uma frente única dos trabalhadores na luta contra Bolsonaro e todo o regime político autoritário da burguesia.

2. Basta da miséria capitalista: trabalho com plenos direitos para todos. Não podemos naturalizar a precarização, a terceirização e a "uberização" do trabalho, que submete os setores mais pobres a situações de trabalho absurdas. Proibição imediata das demissões e suspensões. **Expropriação e nacionalização de toda empresa que feche suas portas, e que a produção seja colocada sob o controle dos trabalhadores** (na formulação do PSTU, *“Expropriação das empresas que demitirem, deixando-as sob controle dos trabalhadores”*). Assim podem e devem avançar na luta pela estatização sem indenização aos patrões, sob gestão dos trabalhadores. O PSTU elenca a necessária abolição da precarização do trabalho, o que em nossa opinião tem de vir ligado com a **efetivação de todos os trabalhadores terceirizados, sem necessidade de concurso público, conforme votou a CSP-Conlutas em seu programa.** Igualdade salarial entre homens e mulheres, brancos e negros, com um salário mínimo de acordo com a renda mínima estipulada pelo

DIEESE (R\$5.800, segundo estipulação de dezembro de 2021, <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>). Imediato auxílio emergencial para todas as famílias trabalhadoras, no valor de um salário mínimo. E como o custo de vida não cessa de aumentar, é preciso impor um sistema de indexação dos salários e aposentadorias à inflação, um gatilho automático de aumento de acordo com o custo de vida, para que os capitalistas não aumentem artificialmente sua margem de lucro através desse mecanismo de desvalorização dos salários.

3. Abaixo a reforma trabalhista! Por uma campanha nacional pela revogação integral da reforma trabalhista. Trabalho para todos: **pela redução da jornada de trabalho a 6 horas, 5 dias por semana, sem redução salarial; pela distribuição das horas de trabalho a toda a população economicamente ativa, unificando empregados e desempregados.** Abaixo a reforma da previdência de Bolsonaro e todas as contrarreformas neoliberais! A luta pela “*revogação de todas as privatizações, e que as novas empresas reestatizadas passem ao controle dos trabalhadores*”, que apontou o PSTU, deve estar combinada com esta batalha programática para desnaturalizar a dualidade irracional entre as jornadas extenuantes de trabalho impostas pela burguesia, de um lado, e a crescente massa de desempregados, de outro.

4. Pelo não pagamento da dívida pública! Este é um mecanismo de sujeição dos países oprimidos aos interesses do imperialismo estrangeiro, de seus banqueiros e especuladores, estrangulando toda a estrutura econômica do Brasil a seu exclusivo enriquecimento mediante a pobreza e fome de milhões. **É preciso abolir este mecanismo ilegal, ilegítimo e fraudulento** que foi mantido nos governos de Lula e Dilma, os que mais pagaram a dívida na história, **cancelando o pagamento do conjunto da dívida** (indo além de “*suspender o pagamento da dívida pública*”, como consta no programa do PSTU). Não é possível reconhecer qualquer “porção legítima” da dívida, como fica subentendido no programa da “Auditoria Cidadã”, completamente insuficiente.

5. Nacionalização de todos os recursos naturais, sob administração dos trabalhadores e pela defesa do meio ambiente. Basta de destruição ambiental em benefício dos lucros capitalistas. O petróleo deve atender aos interesses econômicos da população trabalhadora: por uma Petrobrás 100% estatal, mediante expropriação sem indenização dos grandes acionistas, com produção planejada sob administração dos trabalhadores petroleiros. A Vale deve ser reestatizada sob o controle dos trabalhadores da mineração, expropriada e posta a funcionar sem qualquer indenização aos capitalistas. É necessário abrir o mais democrático debate, com ecologistas, cientistas, trabalhadores, pelo fim desse modelo predatório. O controle operário deve questionar este modelo. Basta de destruição dos biomas brasileiros pela ganância do agronegócio e do latifúndio, como vemos na Amazônia e no Pantanal: é necessária uma reforma agrária radical, que comece por abolir o latifúndio, expropriar as terras dos grandes fazendeiros e distribuí-las a todos os trabalhadores rurais que nelas trabalham, e a partir de um plano controlado pelos trabalhadores planeje a produção agrícola de acordo com as necessidades da população trabalhadora e setores populares da sociedade.

6. Nacionalização de todo o sistema bancário num banco estatal único sob a gestão dos bancários e das organizações dos trabalhadores. Sem isso, não se pode atender às necessidades populares, como o crédito barato aos pequenos agricultores e comerciantes. Isso permitiria utilizar

os recursos dos bancos para o plano de obras públicas e para ceder crédito barato para os pequenos produtores e comerciantes da cidade e do campo, que deveriam ter suas dívidas com os bancos perdoadas.

7. Pelo monopólio estatal do comércio exterior. Atualmente, são um punhado de capitalistas que controlam o que é importado e o que é exportado pelo Brasil, segundo suas próprias necessidades de lucro. A condução do intercâmbio externo está completamente afastada do que realmente necessita a massa dos trabalhadores brasileiros. Com o monopólio do comércio exterior, se poderia exercer o controle, por meio de uma instituição estatal controlada pelos trabalhadores, de todas as mercadorias e capitais que entram e saem do país, garantindo primeiramente as necessidades do nosso povo.

8. Expropriação da oligarquia fundiária, das grandes empresas de sementes e fertilizantes que controlam o agronegócio brasileiro (imperialistas como Syngenta, Bayer CropScience, Monsanto e BASF), bem como dos monopólios de grãos, óleo, laticínios e frigoríficos (“*expropriação e estatização das grandes empresas agropecuárias sob controle dos trabalhadores*”, no programa do PSTU). Essa expropriação deve se dar respeitando os direitos dos camponeses pobres, dos povos originários e dos pequenos agricultores que não exploram o trabalho assalariado. Abaixo à expulsão de camponeses e povos indígenas de suas terras. Basta de trabalho não registrado para os trabalhadores rurais.

9. Contra a pandemia e a catástrofe sanitária organizada pelos capitalistas, ataquemos os lucros privados da Saúde. Centralização estatal de todo o sistema de saúde sob o controle de trabalhadores e profissionais da saúde a caminho da nacionalização. Diante da variante Ômicron, é necessário testes massivos para rastreamento de contaminação, gratuitos e garantidos pelo Estado. Declaração unilateral do Estado brasileiro para liberar todas as patentes de vacinas da COVID-19, e toda a farmacologia e ferramentas necessárias para combater a pandemia. Abaixo a sede de lucro dos laboratórios imperialistas, enquanto a população morre nos hospitais. Quebra imediata das patentes. Contratação imediata de médicos e enfermeiras para todos os hospitais públicos, com plenos direitos trabalhistas. Por um SUS 100% estatal sob controle dos trabalhadores e dos usuários, financiado inteiramente por cotizações patronais.

10. Pelo pleno direito à moradia para famílias trabalhadoras. Expropriação de todos os imóveis ociosos utilizados para a especulação imobiliária, e um plano de obras públicas que reorganize de acordo com as necessidades dos trabalhadores o acesso à moradia digna, com pleno acesso aos serviços de encanamento, água e esgoto. Por um plano nacional de habitação popular de qualidade e ecológicas e urbanização das favelas e assentamentos (“*desapropriação dos imóveis dos grandes proprietários que vivem da especulação imobiliária, a imediata legalização das ocupações de terrenos, com urbanização e saneamento adequados*”, como diz o PSTU). Não à criminalização das lutas por terra e moradia contra o MST, o MTST e todos os movimentos sociais.

11. Em defesa da educação pública e de qualidade. Basta de precarização dos professores por parte de contratos intermitentes e temporários: efetivação imediata, sem necessidade de concurso, e contratação com plenos direitos trabalhistas. Conectividade gratuita para todos os professores e alunos. Basta de interferência da Igreja na educação. Fim dos subsídios à educação privada, “*pela*

expropriação dos grupos privados de educação, por educação pública, gratuita e de qualidade para todos”, como consta no programa do PSTU. Pleno acesso à universidade pública a todos os que queiram estudar: por cotas raciais, como parte do combate pelo fim do vestibular.

12. O transporte público deve ser um serviço gratuito garantido pelo Estado, não objeto de lucro de máfias capitalistas: *“pela estatização de todas as empresas de transporte e que ele se transforme em um serviço gratuito”*, como consta no programa apresentado pelo PSTU, sob administração dos trabalhadores dos transportes e o controle dos usuários.

13. É necessário enfrentar a polícia e o judiciário racista. Basta de assassinatos policiais e seus criminosos “autos de resistência”, verdadeira licença para matar negros e pobres. Como diz o PSTU, é preciso defender o *“desmantelamento completo de todo o aparato repressivo contra o povo e a revogação das leis repressivas”*. É urgente batalhar pelo fim das operações policiais (feitas com autorização do STF) e da militarização das favelas e bairros populares; fim das tropas especiais (BOPE, Tática, etc.) que são máquinas de matar; pelo fim dos tribunais militares e que os crimes policiais sejam julgados por júri popular. Nossa perspectiva deve ser a luta por superar o capitalismo e seus destacamentos especiais de homens armados.

14. Mulheres, negros e LGBTs na linha de frente da crise sanitária e contra o capitalismo patriarcal e racista! Basta de racismo, machismo e LGBTfobia! Pelo fim do extermínio da juventude negra, igualdade salarial entre brancos e negros! Plenos direitos trabalhistas e sociais à comunidade LGBT! Basta de assédio e feminicídio, pelo direito ao aborto (livre, legal, seguro e gratuito, garantido pelo Estado), é preciso batalhar por creches, restaurantes e lavanderias públicas para acabar com as duplas e triplas jornadas de trabalho para as mulheres. Como sempre fizeram, as mulheres da classe trabalhadora enfrentarão os ataques. A luta contra a opressão de gênero, contra o racismo e todas as formas de opressão é inseparável da luta contra o sistema capitalista. Lutamos por uma sociedade em que a reprodução e a produção se desenvolvam harmoniosamente; uma sociedade livre de todas as formas de exploração e opressão. Para derrotar os capitalistas, seus governos e seu Estado, defendemos o fortalecimento de um feminismo socialista, antirracista e anti LGBTfóbico.

15. Resgatemos a consigna da Comuna de Paris: por um Estado barato! O PSTU apresenta a consigna: *“Exigimos medidas democrático radicais como a equiparação dos salários dos políticos aos de um professor, e a revogabilidade dos mandatos dos parlamentares”*. Esta consigna correta deve estar combinada com o ataque às regalias do Judiciário, um antro de autoritarismo a serviço dos capitalistas: abolição de seus privilégios de casta, elegibilidade de todos os juízes, basta de mandatos vitalícios sem controle por ninguém! Revogabilidade de todos os mandatos de políticos e juízes pelos próprios eleitores. Por uma Câmara Única, que unifique os poderes legislativo e executivo, com membros eleitos usando o país inteiro como um único distrito. Pela abolição do Senado e da presidência, poderes sob os quais se ocultam as forças mais reacionárias dos poderes fáticos!

16. Fora a burocracia dos sindicatos! É necessário retomar os sindicatos para a luta dos trabalhadores, com direções combativas e classistas, baseadas na democracia operária e na independência do Estado. Pela mais completa democracia sindical e pelo direito dos trabalhadores

de se organizarem sem interferência e controle do Estado. Apoiamos a auto-organização dos trabalhadores contra as chantagens da burocracia sindical e dos partidos patronais.

17. Pela Frente Única Operária para enfrentar os ajustes da burguesia e suas burocracias.

Defendemos que a esquerda anticapitalista e socialista batalhe para assegurar à classe trabalhadora o direito de golpear com um só punho os capitalistas, independentemente de suas divisões organizativas, políticas e sindicais. Ou seja, assegurar a nossa classe a necessária unidade de ação contra o capital, unidade essa boicotada permanentemente pelas direções sindicais burocráticas. A CUT e a CTB, a Força Sindical e a UGT, operam a divisão dos trabalhadores. A CSP-Conlutas, da qual somos parte, deve colocar suas energias na batalha para a atuação comum das distintas camadas dos trabalhadores a que conseguimos alcançar na luta de classes, com exigência e denúncias às direções burocráticas majoritárias para a unidade de ação contra os ataques. Por exemplo, por um plano de luta que culmine em uma greve geral pela revogação da reforma trabalhista. A busca em cada momento de ações comuns coordenadas de combate entre as distintas bases operárias, divididas sindicalmente por políticas dessas burocracias, é a condição para arrancar segmentos cada vez mais amplos dos trabalhadores da nefasta influência dessas burocracias, reunindo-as ao redor do programa que deve levantar o Polo.

18. Abaixo o racismo e a xenofobia! Arrancar justiça para Moïse Kabamgabe com a força da luta! Todos os imigrantes e refugiados devem ter acolhimento no país, e gozar de plenos direitos sociais e trabalhistas no Brasil. Fora as tropas brasileiras na ONU do Haiti, basta de intervenções militares contra os povos oprimidos!

19. Abaixo a OTAN e o militarismo imperialista dos Estados Unidos e da União Europeia! Pela dissolução da OTAN, abaixo a militarização no Leste europeu! O nacionalismo reacionário da oligarquia capitalista da Rússia, defendido por stalinistas, não é alternativa: por uma Ucrânia independente, operária e socialista!

20. Pela expulsão do imperialismo de todos os países, pela unidade operária e socialista da América Latina. É preciso libertar o país das cadeias do capital imperialista norte-americano e europeu, mas também da crescente penetração dos grandes capitais chineses, privados e controlados pelo Estado. Lutamos contra todo tipo de governo burguês, quer em suas variantes mais reacionárias, quer em suas variantes nacionalistas reformistas, que governaram a região na década de 2000 (lulismo no Brasil, evomoralismo na Bolívia, chavismo na Venezuela e o kirchnerismo na Argentina).

21. Levantar essas bandeiras hoje deve estar diretamente ligado a lutar por um governo dos trabalhadores de ruptura com o capitalismo imposto pela mobilização dos explorados e oprimidos, objetivo que não deve virar uma consigna vazia mas deve portanto estar conectada com o método do programa de transição com a nossa atuação cotidiana.

Acreditamos que esses pontos programáticos poderiam unificar e fortalecer a atuação do Polo, com o fim de ajudá-lo a emergir como uma alternativa para setores dos trabalhadores que buscam uma política de independência de classe. Consideramos também que este acordo comum poderia ser a

base para candidaturas do Polo Socialista e Revolucionário, com liberdade para as correntes expressarem suas posições.

Debate sobre o programa apresentado pelo PSTU

Em seguida, enumeramos as discussões divergentes que permanecem com os companheiros do PSTU, e que consideramos saudável apresentar para dar sequência à discussão política no Polo.

1. “Unidade de ação com setores burgueses”? A independência de classes não é relativa

Os companheiros do PSTU colocam a importância da independência de classe apenas na questão do “governo” do país, mas não na luta contra Bolsonaro. Em sua contribuição programática, dizem explicitamente que *“É preciso derrubar Bolsonaro, e para isso defendemos a unidade na ação direta com todos os setores, inclusive burgueses”*. Nas atuais circunstâncias, o critério da independência política não está na defesa da “unidade de ação com setores burgueses”, e sim na batalha pela unidade das fileiras da classe trabalhadora, que poderia potencializar o objetivo de derrubar Bolsonaro na luta.

Em outra formulação, que embora formalmente mais circunspecta responde à mesma lógica política, o PSTU escreve que *“Para governar o país, não serve o mesmo critério de unidade ampla que é necessário para a luta contra Bolsonaro”*. O que dizer do fracasso das manifestações do 2 de outubro, que envolveram a suposta “unidade de ação com setores burgueses”? Trata-se de uma prova da realidade de que essa concepção, que relega a segundo plano a unificação do conjunto dos trabalhadores numa frente única operária para enfrentar o freio das burocracias sindicais, serviu ao enfraquecimento do combate a Bolsonaro e ao regime do golpe. E isso também se refere, com mais razão, às medidas superestruturais impulsionadas por setores do próprio regime político: em que a batalha contra Bolsonaro foi fortalecida com a participação no “pedido de superimpeachment” junto a Kim Kataguiri e Joice Hasselmann? Em nada, ao contrário, a partir daí o movimento foi marcado pelo refluxo.

Separando o “momento governamental” (que não admitiria unidade ou frentes com burgueses) e o “momento da luta contra Bolsonaro” (que admitiria unidade com burgueses), o PSTU cria uma dualidade incompatível com o marxismo revolucionário, e ergue um obstáculo à construção no Brasil da hegemonia do programa operário anticapitalista e socialista sobre a classe trabalhadora como um todo, e sobre seus aliados urbanos e rurais, nas camadas empobrecidas da pequena-burguesia. Cumpre dizer que, fazendo isso, o PSTU não se afasta de sua tradição teórica de sua

corrente internacional, inspirada pelo dirigente argentino Nahuel Moreno, com a qual já debatemos inúmeras vezes.

Em distintos processos internacionais, o PSTU adotou a política de “frentes de ação” com as chamadas oposições antigovernamentais, mesmo com a presença de frações e setores da burguesia local (muitas vezes apoiada por potências imperialistas). É o que vimos no norte da África e no Oriente Médio, nas posições do PSTU durante os processos da Primavera Árabe. Mediante o apoio indistinto às oposições antiditatoriais e a adaptação aos processos tais quais se davam (a sustentação de “revoluções quaisquer, por direções quaisquer”, fundada na mesma noção de que na luta contra regimes despóticos “serve o critério da unidade ampla, inclusive com setores burgueses”), a organização internacional à qual pertence o PSTU aplaudiu as bombas da OTAN na derrubada de Kadafi na Líbia (https://www.ft-ci.org/A-OTAN-busca-assegurar-se-do-controle-da-Libia?lang=pt_br) . No Egito, apoiou a repressão da ditadura militar de Al Sisi contra a Irmandade Muçulmana (https://www.ft-ci.org/Vergonhosa-capitulacao-da-LIT-QI-no-Egito?lang=pt_br) , e esteve ao lado do Exército Sírio Livre patrocinado pelo imperialismo norte-americano (https://www.esquerdadiario.com.br/O-que-houve-com-a-primavera-arabe?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=Newsletter) . A derrota destes processos pela ausência de independência de classe na luta contra os governos de turno (cuja queda dirigida pelo imperialismo supôs o retorno de regimes agressivamente autoritários ou ditatoriais contra as massas) não foi lição suficiente? Inclusive no contexto latino-americano, especificamente na Venezuela, o PSTU cometeu os mesmos equívocos: em nome de diferenciar-se do regime bonapartista e ajustador de Nicolás Maduro, atuou em comum nos atos fomentados pela direita pró-imperialista de Juan Guaidó, “censurando” ninguém menos que o reacionário Leopoldo López por não ter estado nas ruas com a “rebelião popular”... da direita. Parte dessa trajetória foi a postura adotada pelo PSTU no Brasil, em 2016, formulando uma política que consideramos equivocada de apoio ao golpe institucional como forma de remover o PT do governo (o que, naquele momento, só poderia ser feito pelo autoritarismo judiciário e a direita).

Esclarecer o fundamento teórico que o PSTU utiliza para orientar sua política no Brasil, assim como as consequências dessa política na realidade da luta de classes, é abrir o caminho para uma política distinta. Sabemos que os setores da burguesia brasileira que hoje se colocam como opositores ao governo *defendem os ataques realizados pelos governos Temer e Bolsonaro*, como a nefasta reforma trabalhista, e inclusive os que estão sendo preparados neste momento. Uma política que se pautar pela busca da unidade com esses setores só pode se dar em detrimento de um programa que ligue a luta contra Bolsonaro à luta contra os ataques mais sentidos pelos trabalhadores. Por isso, não fortalece, e sim enfraquece a perspectiva da unidade da nossa classe na luta contra Bolsonaro e os ataques.

Combater a noção de “unidade de luta com setores burgueses”, ademais, é uma condição fundamental para que o Polo possa cumprir um papel em atrair segmentos das classes médias

empobrecidas para um programa operário. A única maneira de selar uma aliança entre os trabalhadores e a pequena burguesia arruinada pela crise é o combate à influência de suas direções tradicionais, muitas delas sendo os mesmos partidos burgueses que apoiam a agenda ultraliberal de Bolsonaro. O Polo pode desempenhar uma função importante nesse combate, que para nós só pode ser levado até às últimas consequências com uma organização política independente dos trabalhadores.

Todo nosso eixo deve estar na luta pela unidade de ação da classe trabalhadora, pois é preciso independência de classe nos projetos eleitorais, mas também na luta contra Bolsonaro. Para nós, a atuação político-programática da Frente de Esquerda e dos Trabalhadores Unidade (FITU), terceira força política nacional na Argentina (sendo nas ruas a principal força de luta contra os acordos com o FMI e os ajustes aos trabalhadores), é um grande exemplo de luta pela independência de classe e por um governo dos trabalhadores de ruptura com o capitalismo. É importante que no Polo avancemos numa visão comum de que é uma referência internacional para a esquerda operária e socialista, diferente das alternativas de Syriza, Podemos, Chaves ou Evo Morales.

2. Mais uma vez, em relação à polícia

O tema do combate às forças repressivas do Estado é um tópico que consideramos fundamental estar definido de maneira precisa num programa de atuação do Polo. Em determinado momento de sua contribuição, o PSTU postula, corretamente, que: *“Defendemos o desmantelamento completo de todo o aparato repressivo contra o povo e a revogação das leis repressivas”*. Entretanto, logo em seguida, o PSTU defende algo na contramão desta mesma lógica, dizendo que: *“Devemos chamar permanentemente os policiais a se negarem a reprimir as lutas dos trabalhadores. Defendemos a desmilitarização das PMs, e a liberdade de organização sindical. Exigimos que seja a população a eleger os comandantes e delegados”*.

Acreditamos que essa visão é equivocada. Na rebelião chilena de 2019, a polícia atuou francamente em apoio ao governo de Piñera, reprimindo as massas que lutavam contra a herança do regime pinochetista, cegando manifestantes, prendendo e torturando a juventude. Na Bolívia, em meio ao golpe de Estado de 2019 apoiado pelo imperialismo e a direita latino-americana (como Bolsonaro), a polícia protagonizou a odiosa queima da whipala, símbolo indígena, e reprimiu o bloqueio da população de El Alto ao centro energético de Senkata. Não é necessário lembrar da atuação da polícia norte-americana, que assassinou George Floyd em 2020, em meio aos protestos do Black Lives Matter.

Como um programa do Polo poderia pedir à polícia para “não reprimir as lutas dos trabalhadores”, quando a sua função social de existência é atacar as manifestações e desmantelar as greves

operárias, como vimos em inúmeros momentos decisivos da luta de classes? Como fazer esse pedido a uma instituição dedicada a exterminar a população negra e pobre nas favelas, matando crianças como Ágatha Félix, João Pedro e tantos outros? Consideramos um equívoco a defesa que o PSTU faz, com persistência, dos motins policiais, como foi o caso de seu apoio ao motim dos policiais militares do Ceará, em 2020, organizado por bolsonaristas.

Trata-se de um erro a defesa de eleição de “delegados e comandantes” da polícia burguesa, que seguirá nesse Estado atendendo os interesses da propriedade privada, e muito menos a sindicalização da polícia. Em 2020, o movimento do Black Lives Matter nos Estados Unidos deu uma grande lição à esquerda mundial: combateu a polícia nas ruas, expressou seu questionamento ao financiamento público dos policiais e levantou a consigna de sua abolição (ainda que defendida minoritariamente), tendo ecoado no movimento operário a exigência de que os policiais fossem expulsos de todos os sindicatos.

A polícia é inimiga irreconciliável da classe trabalhadora. O fato de um policial ser de extração pobre, ou mesmo de família trabalhadora, pouco importa para a caracterização de sua função social, que passa a ser a defesa armada da propriedade privada burguesa. Debatendo contra as ilusões da socialdemocracia alemã na polícia, Trótski afirmava que *“um trabalhador que entra para a polícia deixa de ser um trabalhador, passa a ser um agente fardado da burguesia”*. Em meio à revolução russa, sua caracterização sobre a polícia não era menos clara: *“A polícia é o inimigo cruel, implacável, odiado e odioso. Ganhá-los está fora de questão”*. O Polo, defendendo a independência de classe, deve se opor a qualquer ilusão em relação à polícia.

3. Combate ao regime político e as tarefas da uma ACLS

O PSTU discute, corretamente, que *“No Brasil, a insatisfação está aumentando fortemente contra o governo Bolsonaro que, apoiado por esse congresso, “passou a boiada”, atacando duramente os direitos dos trabalhadores com as reformas trabalhista e da previdência”*. Menciona que *“essa democracia dos ricos não é a nossa democracia”*, cujos espaços democráticos estão cada vez mais restritos. Consideramos aqui que é fundamental levar em conta a questão do autoritarismo de todas as instituições do regime político herdeiro do golpe institucional, que contou com o apoio não apenas da cúpula das Forças Armadas, mas também do Congresso, de todas as instâncias do Judiciário encabeçadas pelo Supremo Tribunal Federal, assim como dos governadores e prefeitos. São tão responsáveis como Bolsonaro pela catástrofe do país e pela decadência submissa do Brasil nas mãos do imperialismo. O combate dos revolucionários não pode ser somente contra o governo de turno, mas também contra o conjunto das instituições do regime político.

O PSTU diz que “*Exigimos medidas democrático radicais como a equiparação dos salários dos políticos aos de um professor, e a revogabilidade dos mandatos dos parlamentares*”. Estas são medidas democrático-radicaís corretas, mas como o PSTU considera levar adiante essas medidas sem recorrer à consigna da Assembleia Constituinte Livre e Soberana?

Consideramos que a luta contra Bolsonaro e todo esse regime golpista precisa colocar abaixo todas as instituições autoritárias, e eleger democraticamente uma verdadeira Assembleia Constituinte Livre e Soberana (ACLS). Elegendo representantes do povo sem qualquer privilégio, que ganhem o equivalente ao salário de um trabalhador qualificado, e sejam revogáveis a qualquer momento. Uma Constituinte como essa dissolveria todos os demais poderes, não se submetendo a nenhuma figura que queira ocupar o lugar de Bolsonaro, mas também rechaçando o *status* do Senado como “Câmara Alta”, assim como o autoritarismo da casta judiciária. Nem é preciso dizer que a instalação pela luta de uma ACLS eliminaria de uma vez para sempre o desprezível artigo 142, dispositivo incluído na marra pelos militares em 1988, e sempre citado por eles em suas chantagens golpistas.

Impor pela luta essa demanda exigiria a mais ampla auto-organização das massas para enfrentar materialmente os poderes constituídos do Estado, que não aceitaria a imposição de medidas contra os lucros dos capitalistas e seus privilégios, como uma reforma agrária radical que acabe com o latifúndio e entregue as terras aos trabalhadores rurais, ou a revogação de todos os acordos de submissão com o imperialismo. Uma Constituinte assim poderia debater todas as medidas para a defesa das liberdades democráticas contra os poderes constituídos, assim como as medidas para colocar fim à violência policial racista e para impor a efetiva separação do Estado em relação às Igrejas e à religião, garantindo os direitos democráticos das mulheres.

Uma ACLS, pelos debates de massas que suscitaria, colocaria na ordem do dia a transformação da estrutura econômica do país, e que apontam no sentido da emancipação nacional frente ao imperialismo, e para a conquista de condições de vida dignas para as amplas massas, em detrimento da grande propriedade capitalista. Por isso mesmo, colocaria a possibilidade de uma experiência a nível de massas contra a democracia burguesa, em que poderíamos batalhar pela transformação mais global da sociedade, por um governo próprio das organizações da classe trabalhadora em ruptura com o capitalismo.

Acreditamos que esse debate programático seria muito frutífero no interior do Polo.

4. Terceirização do trabalho e a necessidade da efetivação sem concurso

O PSTU, em sua contribuição, afirma: “*Defendemos o fim imediato da precarização do trabalho, com todos os trabalhadores com carteira assinada, estabilidade no emprego, direito a férias, décimo terceiro e aposentadoria*”. Trata-se de uma consigna correta e urgente para a situação do país. Isso exige, em primeiro lugar, ter um programa claro em relação à terceirização do trabalho. A consigna não pode ser apenas “pelo fim da terceirização”, deve contemplar a defesa positiva da efetivação de todos os trabalhadores que operam sob o regime da terceirização ao quadro de funcionários das empresas, com todos os direitos garantidos, igualdade salarial entre brancos e negros, homens e mulheres. Nas empresas públicas, a efetivação ao quadro de funcionários deve se dar sem a necessidade de concurso público, com incorporação imediata.